

falta o assento  
final



Fl. 41  
R

Estado do Pará  
Tribunal de Contas dos Municípios

RESOLUÇÃO Nº 8954/2008/TCM/PA

**EMENTA:** Encargos Patronais. Órgãos Públicos Municipais. Descumprimento do art. 50, inciso II da LRF e da Legislação Previdenciária. Implicações na prestação de contas dos órgãos municipais da não apropriação dos encargos.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição, no âmbito de sua competência e jurisdição, por intermédio da expedição de atos e instruções normativas, na forma do artigo 27 da Lei Complementar nº 25, de 9 de agosto de 1994, e atendendo recomendação oriunda da reunião administrativa realizada em 03.03.2008, resolve atribuir à matéria objeto desta resolução a seguinte interpretação:

1. O descumprimento do artigo 50, inciso II da LRF pela não apropriação da despesa, no mês de competência, das obrigações patronais com a Previdência Social, é falha de natureza contábil, passível de aplicação de multa, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 25 de 25/08/1994.
2. O descumprimento da Legislação Previdenciária, pela não apropriação dos encargos patronais para o Regime Geral de Previdência, constitui falha que implica em prejuízo ao erário público, razão pela qual repercute na análise das contas da seguinte forma:
  - Hipótese 1 - o órgão público **retém a contribuição** dos servidores e/ou dos prestadores de serviços e **não apropria** a contribuição patronal, mas **constata-se o desconto** no FPM de valor relativo a INSS/Empresa.
  - Hipótese 2 - o órgão público **não retém a contribuição** dos servidores e/ou dos prestadores de serviços e **não apropria** a contribuição patronal, mas **constata-se o desconto** no FPM de valor relativo a INSS/Empresa.
  - Hipótese 3 - o órgão público **não retém a contribuição** dos servidores e/ou dos prestadores de serviços e **não apropria** a contribuição patronal, **nem constata-se o desconto** no FPM de valor relativo a INSS/Empresa.



**Estado do Pará**  
**Tribunal de Contas dos Municípios**

2.1 A decisão nas contas na hipótese 1 e 2 é pela **Aprovação das contas com ressalvas**, com recomendações sobre o cumprimento da legislação e aplicação de multa ao Ordenador de Despesa:

2.2. A decisão nas contas na hipótese 3 é pela **Não aprovação das contas**.

3. Recolhimentos efetuados fora do prazo, que impliquem em pagamento de juros ao INSS, verificados na GPS ou no desconto do FPM, será levantado e lançado à responsabilidade do Ordenador de despesa do exercício.
4. O Poder Legislativo deverá informar ao TCM, se suas obrigações patronais estão inseridas nas retenções do FPM relativas ao INSS/Empresa, sob pena de incidir na hipótese de reprovação das contas.
5. O salário família de responsabilidade do INSS, antecipado em folha de pagamento dos servidores contribuintes do Regime Geral de Previdência Social, deverá ser abatido no momento do pagamento do INSS na GPS.

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 04 de março de 2008.

  
CONSELHEIRO **RONALDO PASSARINHO**  
PRESIDENTE

  
CONSELHEIRA **ROSA HAGE**  
VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIRO **ALOÍSIO CHAVES**  
CORREGEDOR

CONSELHEIRO **ALCIDES ALCÂNTARA**

  
CONSELHEIRO **JOSÉ CARLOS**

  
CONSELHEIRO **DANIEL LAVAREDA**